



POLÍTICA ECONÔMICA

Economia - Brasil

Simonsen pede "tratamento de choque"

por José Casado
de São Paulo



Mário Henrique
Simonsen

zer subsídio com emissão
de dinheiro"

DESINDEXAR A ECONOMIA

Na sua avaliação o processo de desindexação da economia "tornou-se fundamental, mas deve ser levado em todo os níveis, ou seja, não se pode deixar de fora os salários". Na estimativa do ex-ministro, a mudança que o governo introduziu, no mês passado, na legislação salarial "é inócua, desse ponto de vista, porque ao longo de doze meses ela vai dar um efeito apenas 2% inferior, em comparação com a lei anterior, na folha de pagamentos das empresas". A alternativa, diz, "está na livre negociação". O governo, na sua opinião, "deve apenas proteger o salário mínimo". E observa: "Quem é contra a livre negociação deveria, por analogia, manifestar-se contra a eleição direta, porque é o mesmo que considerar que o povo não sabe votar".

Simonsen teve-se no exame da proposta de uma unificação dos orçamentos federais. A jornalistas, durante o almoço, observou que um dos principais motivos de sua demissão do

governo Figueiredo foi a tentativa — malsucedida — de elaborar um orçamento único. Aos empresários explicou sua posição: "O orçamento atual é apenas meio orçamento, porque, na verdade, ele não apresenta o total de quanto o governo vai gastar e em que gastará. E até um rolário da abertura a unificação dos orçamentos federais. Na verdade, é uma exigência do processo democrático e, para o Congresso, uma arma de barganha".

LUVAS NO CONGRESSO

"O governo quer pôr uma luva nas mãos do Congresso em termos políticos; o Congresso deveria negociar isso, obtendo em troca uma luva nas mãos do governo, que é o orçamento unificado. E não se precisa fazer muita coisa para isso. Basta desativar a Lei Complementar nº 12 — na verdade era bom mesmo revogá-la, para evitar tentações. E, ao mesmo tempo, delimitar claramente a linha de atuação do Banco Central e do Banco do Brasil para evitar que continuassem tendo orçamentos paralelos."

Durante um debate com os empresários, Simonsen criticou-os dizendo que lhes falta "unidade de pensamento e de reivindicações; então o governo acaba isolado". O empresário Paulo Francini, diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), ao comentar a tendência de aprofundamento da recessão, enunciada por Simonsen, disse que "os industriais estão perplexos porque o governo na recente negociação da dívida externa, colocou o País na rota do aprofundamento da recessão e da ruptura, porque não consi-

derou a necessidade de, em primeiro lugar, criar novas oportunidades de emprego internamente".

REVERTER EXPECTATIVAS

Jorge Simeira Jacob defendeu a aplicação de um "tratamento de choque" na economia, a exemplo do que fez o ministro Octávio Gouvêa de Bulhões em 1966, "para reverter as expectativas da economia brasileira". Olavo Monteiro de Carvalho, presidente do grupo Monteiro Aranha, fez um apelo "à unidade empresarial para reforçar as entidades de classe e pressionar o Congresso Nacional no sentido de procurar forçar o governo a apresentar à Nação um plano econômico para médio e longo prazo".

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen está convencido de que, se o governo federal "não partir, imediatamente, para um esquema econômico de geração de empregos com maior flexibilidade salarial, vai-se arrebentar o balanço de pagamentos e a inflação, aprofundando-se ainda mais a recessão em 1984".

Simonsen, durante um debate com cem empresários, ontem em São Paulo, observou que é "inevitável" uma nova renegociação da dívida externa brasileira no final deste ano, "para armação do programa econômico de 84 e independente dos resultados favoráveis que o governo alcança nessa negociação que está levando para fechar 1983".

Mas acrescentou: "Corremos o risco de continuar caminhando de recessão em recessão, de renegociação em renegociação, se não acertarmos a economia internamente". E, nesse ponto, defendeu um tratamento de choque para a economia, de imediato, a partir do corte drástico de subsídios, total desindexação e unificação dos orçamentos federais.

"É muito mais barato subsidiar o produto do que o crédito à agricultura", argumentou, "e para isso basta isentar o ICM como já se faz, por exemplo, com as carnes, deixando a União compensar as perdas dos Estados". Ponderou que subsídios à educação e saúde "são toleráveis, mas uma coisa é fazer subsídio com receita arrecadada e outra coisa é fa-